

CORREIO PAULISTA

Assessoria Deputado Gil Diniz



Encontro no Texas reuniu três deputados paulistas

Deputados Estaduais do PL viajam aos EUA em maio

Os deputados estaduais Gil Diniz (PL), Paulo Mansur (PL) e Lucas Bove (PL) participaram de agendas políticas nos Estados Unidos no final de maio ao lado do senador e pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e do deputado federal fora de exercício, Eduardo Bolsonaro. Entre os dias 20 e 22, estiveram no Texas e entre 25 e 29 de maio integraram comitiva em Washington, durante visita ao Presidente Donald Trump. De acordo com as assessorias, os encontros foram voltados ao debate sobre o cenário político paulista e brasileiro. "A presença dos parlamentares permitiu a troca de experiências e o debate sobre temas de interesse público e atuação legislativa" - informa nota oficial.

Mudanças nas carreiras da Educação

Tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo o Projeto de Lei Complementar (PLC) 1316/2025, de autoria do governador Tarcísio de Freitas, que promove mudanças nas regras da carreira dos profissionais da educação estadual. A proposta altera critérios de remoção e progressão funcional, reforça a avaliação de desempenho e amplia benefícios para cargos de gestão escolar. O texto foi criticado nesta terça (9) pela deputada Professora Bebel (PT), durante Sessão da Casa.

Montagem com Fotos da Câmara dos Deputados



Dep. Federais: Kim (Missão), Salles (Novo) e Derrite (PP)

PEC da Maioridade Penal

Tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 9/2026, que propõe reduzir de 18 para 16 anos a idade penal no Brasil. A proposta, apresentada pela deputada Julia Zanatta (PL-SC), conta com o apoio de 22 deputados federais eleitos por São Paulo, entre eles o pretense candidato ao Governo de SP, Kim Kataguiri (Missão) e os pré-candidatos ao Senado, Ricardo Salles (Novo) e Guilherme Derrite (PP). O texto também prevê a responsabilização de adolescentes entre 12 e 16 anos por crimes hediondos, contra a vida ou cometidos com violência.

Chapa da Esquerda indefinida

A pouco mais de um mês do início das convenções partidárias, que vão oficializar os candidatos dos partidos, a chapa da esquerda segue indefinida. Os ex-ministros de Lula, Márcio França (PSB), Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede) se colocaram à disposição para disputar o Senado. Para não dispersar votos, a esquerda deve remanejar um dos três para ser vice de Fernando Haddad (PT) na disputa ao Governo.

Falta de quórum

A Reunião da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor na Alesp foi cancelada por falta de quórum. Oito itens estavam na pauta para serem discutidos pelos deputados estaduais, entre eles uma Moção de Repúdio do Deputado André Bueno (MDB) à concessionária de energia Enel, pelas falhas na prestação do serviço.

O assunto é Água

Outros projetos na pauta eram o PL 519/2015, do deputado Dr. Elton (União Brasil), que suspende a cobrança de contas de água com valor considerado anormal até a apuração da concessionária e o PL 1077/2025, do Deputado Rogério Santos (MDB), que determina a divulgação da origem da água distribuída pelas concessionárias.

Reuniões Comissões

Nesta quarta-feira (10), três comissões permanentes da Alesp têm reuniões previstas para discussão de matérias. A Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários analisará pauta com 168 itens. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) apreciará 86 itens. Já a de Infraestrutura discutirá pauta com sete itens.

MP Jaguaré I

O Ministério Público de SP instaurou um inquérito para investigar os protocolos de segurança adotados pela Sabesp após a explosão ocorrida no bairro do Jaguaré, na zona oeste da capital. A apuração quer esclarecer as circunstâncias do acidente, a atuação das concessionárias envolvidas e as medidas adotadas para prevenir incidentes.

MP Jaguaré II

Entre os pontos analisados estão os procedimentos operacionais utilizados durante a obra, a integração entre as redes subterrâneas de serviços públicos e as ações de atendimento às famílias afetadas. O órgão também pretende verificar a coordenação entre empresas e órgãos públicos na resposta à ocorrência.

MP Jaguaré III

A explosão aconteceu durante uma intervenção em tubulações na região e provocou mortes, feridos e danos a dezenas de imóveis. Como parte da investigação, o Ministério Público solicitou informações e relatórios técnicos de concessionárias, órgãos reguladores, Defesa Civil e demais instituições envolvidas.



Laudo técnico aponta buracos, fissuras e trincas no pavimento

MPF processa empresa por problemas na BR-153

Trecho com problemas liga Icém e Ubarana, no norte do Estado

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra a concessionária Triunfo Transbrasiliana, sua controladora, a Triunfo Participações e Investimentos, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), cobrando medidas urgentes para recuperar as condições de tráfego da BR-153. A ação foi proposta pela Procuradoria da República em São José do Rio Preto e abrange o trecho de 136 quilômetros entre Icém e Ubarana, no norte do Estado.

Segundo o MPF, a rodovia apresenta problemas que comprometem a segurança dos usuários. Relatórios da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da ANTT e um laudo técnico elaborado pelo órgão apontam a existência de buracos, fissuras, trincas, ondulações e afundamentos no pavimento, além de falhas na drenagem e desgaste da sinalização.

De acordo com a ação, a concessionária tem realizado apenas reparos paliativos, sem solucionar de forma definitiva os problemas estruturais da via. Para os procuradores responsáveis pelo caso, a situação evidencia o descumprimento das obrigações previstas no contrato de concessão firmado em 2008.

O MPF destaca que a Triunfo Transbrasiliana acumula mais de 500 autuações aplicadas pela ANTT, totalizando cerca de R\$ 1,1 bilhão em multas. Apesar disso, apenas duas penalidades teriam sido quitadas, somando aproxima-

damente R\$ 1,1 milhão. O órgão também afirma que recomendou, em dezembro de 2025, a adoção de medidas para recuperação do asfalto e melhoria da drenagem, mas as providências não foram executadas.

Na ação, o Ministério Público pede que a Justiça Federal determine a elaboração de um plano emergencial para recuperação da BR-153, com cronograma detalhado e execução em até 180 dias. O projeto deverá incluir restauração do pavimento, melhorias na drenagem, reforço da sinalização e adequações na iluminação.

O órgão requer ainda que as obras sejam acompanhadas por auditoria independente e que a concessionária constitua uma reserva financeira equivalente a pelo menos 10% da arrecadação mensal dos pedágios para garantir a execução das medidas. Também foi solicitada a suspensão da distribuição de lucros aos acionistas até a conclusão dos trabalhos.

Entre os recursos que poderiam ser destinados às intervenções estão R\$ 92,9 milhões depositados em seguro-garantia e cerca de R\$ 591,8 milhões referentes ao saldo de multas ainda não pagas. O MPF pede ainda que futuros reajustes das tarifas de pedágio sejam condicionados ao cumprimento das obrigações contratuais.

O Correio da Manhã entrou em contato com a Triunfo Transbrasiliana para comentar os apontamentos feitos pelo MPF e aguarda manifestação da empresa.